

O PATRIMÔNIO É HISTÓRIA, ACONTECIMENTO E NARRATIVA.

Uma proposta para o Ensino de História, através das “Excursões históricas e de Educação Patrimonial”.

Alexandre Rômulo Alves de Amorim - UFPE

Recife – janeiro de 2003

1 – APRESENTAÇÃO

Propor um novo enfoque para a prática pedagógica no ensino de história. Esta é a motivação para o desenvolvimento deste projeto, que se utiliza das imagens e do patrimônio cultural e histórico, através da Educação Patrimonial, como uma maneira de pensar e agir na prática pedagógica do professor de história, pelo e para o aluno, no ensino de história, tanto no nível Fundamental quanto no Médio.

Esta prática de ensino de História é objeto da pesquisa que desenvolvo no Mestrado de Educação, na UFPE, onde busco conhecer quais as representações sociais que os professores de história da rede municipal do Recife possuem a respeito do uso do patrimônio no ensino de história, com o propósito de sugerir esta experiência como uma prática pedagógica.

O enfoque que compõem o eixo temático desta proposição, uma prática pedagógica do ensino de História, está preocupado em possibilitar ao professor uma prática que possibilite ao aluno a construção do conhecimento escolar de história, pelo e para além do livro didático, a partir de um trabalho baseado na educação patrimonial.

Esta prática tem como seu eixo condutor as visitas orientadas a sítios históricos e aos seus patrimônios constitutivos – num trabalho denominado “Excursões históricas e de educação patrimonial”. Considerando os conhecimentos prévios do aluno, ou seja, as representações que possui a respeito dos conceitos de história e diante de uma primeira situação problematizada pelo professor, é levado a interagir com o patrimônio e as diversas representações constitutivas de um sítio histórico ou de um território, ou seja, o seu patrimônio artístico, seus costumes, suas tradições, seus folguedos, seus materiais utilitários, a topografia, a vegetação, a hidrografia e a sua localização. Assim, explorando suas habilidades, esta interação procura desenvolver no aluno as capacidades necessárias para o desenvolvimento do ato de conhecer (ver, ler, relacionar, analisar, sintetizar, opinar), a fim de apreender e/ou ampliar sua compreensão sobre os conceitos históricos, essenciais para a construção do conhecimento histórico.

2 - AS POSSIBILIDADES DO PATRIMÔNIO NO ENSINO DE HISTÓRIA

Este trabalho busca possibilitar ao aluno um estudo de história em que explore mais e melhor os vestígios materiais ou imateriais, dos eventos humanos que envolveram e/ou envolvem a

história local, buscando estabelecer suas influências no processo histórico da história brasileira e mundial, presentes na vida cotidiana da cidade, a partir da constatação das suas heranças, identificáveis através das marcas tangíveis ou intangíveis do nosso patrimônio cultural, bem como das suas ausências, pois o patrimônio revela “toda produção humana de ordem emocional, intelectual e material, independente de sua origem, época ou aspecto formal, bem como a natureza, que propiciem o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia”,ⁱ funcionando como expressões reveladoras da mistura sociocultural, tão característica da nossa formação.

Assim procedendo visamos não limitar o estudo de história às narrativas e evocações, principalmente quando sua natureza está voltada apenas para valorizar uma história da personificação, responsável pela confusão entre mito e história, uma vez que acaba por valorizar uma história das grandes personalidades, dos grandes fatos, dos grandes símbolos, do extraordinário. O sentido que se pretende com o uso da educação patrimonial é o de provocar o aluno a fim de que repense sua prática escolar para um estudo de natureza analítica e processual e repense o valor do conhecimento, com o sentido de aflorar os embates e conflitos sociais ocorridos, e suas contradições, para quebrar a idealização do passado como um tempo desprovido de contradições e diferenças, onde nos é idealizado um modelo maniqueísta de sociedade, composta por indivíduos bons e maus, como se fosse possível à existência de uma sociedade assim, homogeneizada.

Para que o aluno vivencie este estudo, é preciso que o professor repense suas proposições, seus conhecimentos conceituais, suas metodologias e práticas pedagógicas, que adota no cotidiano escolar da sua disciplina, a fim de que esteja em condições de desenvolver um estudo, que ultrapasse o comumente desenvolvido, que é baseado em uma prática pedagógica meramente de natureza auditiva, para também experienciar e vivenciar uma prática pedagógica de natureza visual. Por isso, tem como proposição a de uma utilização didática das imagens, pelo uso do patrimônio como uma prática pedagógica no ensino de história, através das excursões históricas, para uma Educação Patrimonial, a partir das leituras e interpretações dos sinais, aparentes e subjacentes, que um determinado quadro imagético apresenta, o que acaba por suscitar a elaboração de um processo que promova no aluno a construção de uma “alfabetização imagética”.

Como enfatiza Sylvia Porto Alegre, “uma análise social da imagem e de seus aspectos cognitivos, bem como sua importância para o entendimento dos múltiplos pontos de vista que os homens constroem a respeito de si mesmo e dos outros, de seus comportamentos, seus pensamentos, seus sentimentos, suas emoções, em diferentes experiências de tempo e espaço”.ⁱⁱ Esta alfabetização imagética torna-se assim um importante instrumento de construção do conhecimento histórico e permiti ao aluno uma reflexão sobre o significado do que é história, na

medida em que lhe possibilite apreender os conceitos históricos chaves: os tempos, a relação entre espaço e território, os atores sociais e suas tramas, as ideologias e seu locus, além dos aspectos materiais relacionados com os modos de vida.

Assim esta alfabetização para a leitura das imagens irá instrumentalizá-lo para que, no afloramento das mensagens imagéticas, possa o aluno ampliar as percepções do homem e do mundo, que lhe possibilita o desenvolvimento de competências, saberes e habilidades fundamentais para a construção de sua consciência cidadã, o que significa conferir significância e valor social aos seus estudos, a partir da formulação de problemáticas atuais pelo estudo dos temas históricos e pela compreensão do conhecimento histórico, através da identificação, compreensão e apreensão dos conceitos-chave de história.

A análise imagética possibilitará ao aluno desvelar os signos presentes no patrimônio cultural da cidade, pois eles falam e trazem inscritos, em si, mensagens, com diferentes significados para cada um que as lê, diferenças essas que dependem de sua etnia, de seu lugar, de seu tempo, de suas experiências, e que permitem aflorar uma série de conhecimentos sobre estas relações sociais, retratados nas construções civis, religiosas e militares, nas expressões artísticas das fotografias, das esculturas, pinturas, grafites, retratados nas manifestações populares, que traduzem uma série de artefatos construídos pelos homens voltados para a subsistência, representação e celebração desse povo, em um tempo e em um lugar, bem como nas manifestações diversas que expressam as crenças e valores interiores, que caracterizam uma maneira de ser, de ver, de sentir o mundo e os homens.

Esta reflexão levará o aluno para a apreensão e o entendimento do conhecimento histórico como processual, carregado de historicidade, que possibilita relacioná-lo às problemáticas atuais, conferindo-lhe significado aos seus estudos e aos conteúdos escolares. Assim entendido, o aluno pode compreender, portanto, o valor social que o estudo de história possui, para a formação de um sujeito na sua plenitude do exercício da cidadania, que extrapola o conceito reducionista de cidadania como dos direitos e deveres, mas considerando como “cidadão, em sua dimensão dialética, o sujeito histórico, ativo na cena política, reivindicador e provocador da mutação e transformação do social, envolto nas relações de força que comandam a historicidade das nossas vidas, um sujeito com direito à produção cultural, ao acesso aos bens culturais, à participação nos processos decisórios que envolvam a política cultural do país, no sentido de garantir o direito à memória histórica”.ⁱⁱⁱ

Esta busca pela atribuição de significados ao conhecimento estudado, se operacionaliza, na Educação patrimonial, a partir da utilização destes “lugares da memória”, como diz Pierre Nora, a partir do estabelecimento das comparações entre as permanências e as mudanças percebidas no sítio histórico visitado; pela como pela percepção e compreensão das heranças e marcas presentes na

paisagem, a partir dos estudos dos livros didáticos; pela relação entre a história local com a história nacional e mundial; pela problematização dos temas mundiais relevantes da atualidade; pela reconstrução da identidade, a partir do resgate da memória, presente no imaginário popular e em outras representações do patrimônio.

Trabalho este que se faz considerando os conhecimentos prévios e as representações que o aluno possui dos conceitos históricos, e cuja força propulsora se faz em cima da proposição de resoluções diante de uma situação problematizada pelo professor, com o sentido de procurar explorar, no aluno, as suas habilidades para desenvolver suas capacidades, condição essencial possibilitar-lhe a construção das competências necessárias para a aquisição do conhecimento histórico.

3 - OBJETIVOS

Desenvolver no professor a sua capacidade de utilizar o patrimônio na sua prática pedagógica para possibilitar ao aluno a construção do conhecimento histórico significativo, a partir da Educação patrimonial, é uma das proposições desta prática. Este desafio, para alunos e professores, é o de exercer a capacidade de representar um conhecimento de natureza histórica utilizando-se das imagens presentes nas diversas manifestações culturais presentes na cidade, baseando-se e interagindo com os conhecimentos presentes nos livros de história para conseguir ir além dos discursos presentes neles, buscando desvelá-los e revelar as múltiplas facetas existentes e que estão omitidas ou desvirtuadas, valendo-se das imagens constitutivas deste patrimônio, como uma importante fonte indiciária para a construção do discurso histórico.

Dentro dessa primeira proposição, o foco principal está no professor e na sua prática pedagógica, a fim de propiciar o conhecimento de outras formas de compreensão e construção da história, além dos livros didáticos, direcionando-o para uma leitura do mundo de natureza sócio-histórica, sob uma perspectiva dialética de observação e análise dessas interrelações. Assim, tornar-se necessário ao professor repensar, a partir da sua formação profissional e de seu projeto de sociedade, como está o exercício da sua prática pedagógica, considerando os conceitos e instrumentos que se utiliza no seu cotidiano escolar.

Em função do exposto, adquirem relevância às compreensões que o professor possui sobre os conceitos-chaves do conhecimento histórico e sobre as práticas de ensino, com a finalidade de instrumentalizar-se, a fim de apreender a significância dos conteúdos escolares a serem trabalhados, de conferir ao ensino da disciplina a sua relevância social, e, por fim, tornar-se um facilitador para o aluno das aprendizagens escolares, a fim de ele possa entrar em contato com as diversas representações da história.

Um segundo e relevante objetivo é o de buscar, pelo trabalho com os conceitos chaves de educação patrimonial, desenvolver a sensibilização e a conscientização do aluno para a preservação dos nossos bens culturais, pela construção do senso da memória histórica e pela valorização dos espaços públicos. A partir da análise das representações dos sujeitos e seus papéis (o imaginário social) e pela decodificação dos valores existentes naqueles espaços, percebendo as relações de dominação e poder dos grupos urbanos, desenvolvendo a consciência preservacionista da memória histórica e tendo como concretude do espaço o estudo da História de Pernambuco, a partir do entendimento que o aluno formar da importância da existência dos espaços e equipamentos públicos de uma cidade e as relações diretas que possuem com a finalidade de melhorar a qualidade de vida da sua população.

Esta sensibilização será construída a partir do estabelecimento de comparações entre o passado e o presente, pela percepção das permanências e as mudanças que estes espaços e equipamentos sofreram, suas causas e que influências determinaram sobre nosso modo de ser e viver hoje, possibilitando a recuperação da memória de sua história, o que propicia um processo ativo do conhecimento, apropriação e valorização da sua herança cultural, com suas multiplicidades e pluralidades, criando um sentimento de identidade, que se expressará no sentimento de bem querer pela cidade e que o levará a um sentimento para uma cidadania social, possibilitando-lhe um educar-se para a vida urbana, só possível se nos dispusermos a estabelecer em nós um diálogo permanente para a troca de conhecimento e valores. Segundo Pierre Nora, “os lugares da memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, por que estas operações não são naturais. (...) Os lugares da memória são, antes de tudo, restos. Complementando este pensar, Ricardo Oriá nos alerta do compromisso social que nós, historiadores, temos em mostrar que o moderno não se faz pela destruição ou pela negação daquilo que é passado, e que não nos serve uma concepção de modernidade que se erija sobre os despojos dos perdedores silenciados e ocultos”.^{iv}

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NA ATUALIDADE

Estas atividades explicitadas nesta Prática, AS EXCURSÕES HISTÓRICAS E DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, vem sendo desenvolvidas com alunos do Ensino Fundamental e Médio e são reveladoras, de uma maneira geral, das dificuldades que existem, por parte dos alunos, em estabelecer relações com os temas trabalhados, evidenciando claramente as imensas dificuldades que possuem em pesquisar, fruto de um estudo fomentado pelo sistema de ensino, voltado exclusivamente para o academicismo, basicamente pautado para um ensino/aprendizagem voltado para as memorizações.

Este sistema de ensino faz com que a escola tenha sua parcela de responsabilidade ao não propiciar as condições pedagógicas para introduzir o aluno no desenvolvimento das relações que ele deve fazer, necessariamente, entre seus estudos com as problemáticas humanas atuais, mas direcionando-o para um estudo voltado para uma formação profissionalizante, tecnicista, sem preocupação em discutir o valor social do conhecimento, sem trabalho pedagógico algum que esteja direcionado para discussões sobre a natureza humana e seus princípios éticos.

Tudo isso está demonstrado nas dificuldades em interpretar instruções escritas, em disciplinar o estudar, em saber trabalhar em equipe e por um conceito de avaliação voltado para o quantitativo e classificatório, extremamente atrelado à relação nota e trabalho, além das imensas dificuldades em organizar roteiros para dirigir seu raciocínio e para a sua apresentação oral, individual, entre outras.

Toda esta situação está fortemente ancorada na nossa vivência em uma sociedade altamente fragmentada, com o forte predomínio da imagem e, conseqüentemente, da representação, na formação dos atuais conceitos sociais, altamente permeados e influenciados pela “media mass”, que funciona como suporte vital para institucionalização dos princípios das atuais sociedades globalizadas, o que tem colocado a História em uma crise e exigido uma revisão dos seus princípios, no sentido de aproximá-la de uma visão global do passado e de afastá-la de uma visão fantasiosa e personalista. Eric Hobsbawn, em seu “A Era dos extremos: o breve século XX” salienta a importância social do historiador, quanto ao seu papel diante dos jovens, no sentido de alertarmos quanto à ameaça de destruição do passado e a perda de referenciais históricos, ou, como disse, “Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é o de lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes do que nunca no fim do segundo milênio”.

Sobre toda esta situação desenhada por Hobsbawn, tenho a compreensão de que hoje, nestes tempos de sociedades pós-modernas, pelo advento das sociedades tecnológicas^v e pela globalização, a imagem ocupa lugar central nas formulações das relações nestas sociedades. Conforme diz Elias Thomé Saliba^{vi}, há um deslocamento do foco de análise cultural, da produção para a recepção, fazendo com que as formas de representação ganhem força, no sentido da percepção de uma dimensão do social, pelos circuitos do poder da qual emergem, determinando o contraste entre os difusores, que selecionam e fabricam esta cultura, e a população em geral que apenas vai recebê-la, consumi-la, fazendo da visibilidade o critério definidor das relações nas sociedades.

Assim, um fato só existirá quando for escolhido para ser mostrado e, a sua não escolha, faz com que o fato não tenha existido, faz com que haja o seu aniquilamento social, o que revela a

crescente desvalorização das ciências humanas frente aos saberes tecnocráticos, fomentado pela “media mass”, de forma que os meios de comunicação vêm pulverizando os relatos históricos, a partir da valorização de certos aspectos do discurso histórico, sem preocupação com as técnicas e as justificativas historiográficas, que determinam uma perda de relevância das vivências e dos relatos subjetivos. Tudo com o propósito de que as pessoas formem idéias sobre o seu meio e sociedade, não mais se baseando nas suas experiências pessoais, nas suas memórias, mas a partir das imagens vinculadas pelos meios de comunicação, que estabelecem padrões, determinam comportamentos e cristalizam valores – “Sede não é nada. Imagem é tudo”, **e que vem a confirmar o esgotamento de uma concepção da História, na sua maneira de investigar e escrever, na elaboração das suas teorias e conceitos, ou seja, de que vivemos uma crise dos seus paradigmas, bem como da sua função social, em particular no ensino de História.**

Esta situação se constitui no desafio do professor e do aluno, ou seja, transformar a escola num fórum privilegiado, mas não único, de confronto dos valores das sociedades pós-modernas, a fim de desvelá-la, reforçá-la ou desconstruí-la, a fim de que possam aflorar as competências necessárias para a elaboração do conhecimento histórico de natureza social e, neste sentido, a educação patrimonial se constitui em um fundamental instrumento para sensibilizar o aluno para esta educação voltada para formação de uma cidadania social, cultural e para que a história cumpra ^{vii}seu papel social de compreensão e transformação social.

ⁱ GODOY, Maria do Carmo, Patrimônio cultural: conceituação e subsídios para uma política, in Anais do IV Encontro estadual de história, Belo Horizonte, ANPUH – MG, 1985.

ⁱⁱ PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Reflexões sobre iconografia etnográfica: por uma hermenêutica visual. In, Desafios da Imagem. Campinas, SP, Papirus, 1998.

ⁱⁱⁱ ORIÁ, José Ricardo. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. In, RBH - Memória, história e historiografia. São Paulo, ANPUH/Marcos Zero, nº 25/26, setembro/1992 – agosto/1993.

^{iv} ORIÁ, José Ricardo. Memória e ensino de história. In, O Saber histórico na sala de aula, 2ª ed. São Paulo, Contexto, 1998.

^v FILHO, Ciro Marcondes. Sociedade tecnológica. São Paulo. Scipione, 1994.

^{vi} SALIBA, Elias Thomé. Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e consumo das imagens. In, O saber histórico na sala de aula. São Paulo.